

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

**ENCONTROS COM O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:
cidade, violência e testemunho**

Samantha Luchese Gonçalves

Porto Alegre

2015

Samantha Luchese Gonçalves

**ENCONTROS COM O SISTEMA SOCIOEDUCATIVO:
cidade, violência e testemunho**

Trabalho apresentado como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Graduação em Psicologia pela
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Orientadora: Simone Zanon Moschen

Debatedora: Júlia Dutra de Carvalho

Esse escrito é feito a partir de muitas mãos, ouvidos e bocas que pelos abraços, palavras e afetos nos bares, nos cafés e nas esquinas deram condições para que ele aqui tomasse corpo.

Por isso agradeço:

À Simone por orientar os caminhos com suas palavras delicadas

À Julica por compartilhar deste momento importante;

Aos colegas de orientação de TCC pelos bons encontros;

Ao G10/SAJU pela paixão no meio da burocracia e pelo afeto no meio da desesperança;

Ao Coletivo Fila pelo acolhimento e pela sensibilidade;

Ao PIPA por propiciar um trabalho tão potente;

A equipe destes projetos pelos momentos vividos sempre coletivamente com muita dedicação;

Aos amigos mais maneiros de todos por se tornaram tão essenciais na trajetória pela psico e na vida;

Aos amigos que fui descobrindo ter por perto pelas amizades construídas;

A Lu por todo amor que essa amizade de tanto tempo tem;

Ao Thi pela parceria no dia a dia, pelos abraços e beijos carinhosos e por se fazer tão companheiro;

Aos meus irmãos, Nathalia e João, pela compreensão e carinho;

À minha mãe por toda força transmitida através do amor e que por sempre dar um jeito torna tudo possível;

Aos adolescentes, às mães, às irmãs e às avós na fase, na rua e na fila, molas propulsoras dessa escrita.

VOA LEVE. CORRE ATRÁS DA POMBA. O GESTO DE CRIANÇA JÁ NUM CORPO ADOLESCENTE. MARCOS ERA ALEGRIA. TUDO ÓTIMO SEMPRE. MAS TÁ MESMO? A DESCONFIANÇA COM A GENTE. QUEM SOMOS NÓS? PORQUE TANTO QUERÍAMOS SABER COMO AS COISAS ESTAVAM? A CABEÇA QUE BALANÇAVA MAIS DO QUE A BOCA DIZIA. A GENTE FOI APRENDENDO A CONSTRUIR UMA RELAÇÃO. SE A BOCA NÃO FALAVA, OS ABRAÇOS COMEÇAVAM A FALAR POR SI. AFETO.

O TEMPO ADOLESCENTE. AS MUDANÇAS. A CORRERIA. AS FUGAS. O SUSTO. O ROSTO. QUE ROSTO É ESSE? O QUE TE FIZERAM? PORQUE FIZERAM? PORQUE FIZERAM? A DOR.

TROCA DE CASA. AGORA TU FALA. OS PLANOS. OS CURSOS QUE QUER FAZER. A JANTA QUE VAI COZINHAR PRA NAMORADA QUANDO FOREM MORAR JUNTOS. OS PLANOS LÁ DE FORA. AH, LÁ FORA....

AS AUDIÊNCIAS. UM NÚMERO. SÓ UM NÚMERO. A BUROCRACIA. A FALTA DE RESPEITO. A FALTA DE SENTIMENTO.

MAS LIVRE. LIVRE?

A COMEMORAÇÃO. TODA FAMÍLIA. OS ABRAÇOS. AH, OS ABRAÇOS. MUITOS ABRAÇOS. HAJA BRAÇO PRA TANTO ABRAÇO. HÁ-BRAÇOS.

A FOTO. JUNTA TODO MUNDO AÍ.

FINALMENTE, A RUA. FELIZCIDADE.

A PROMESSA DE UM PIQUENIQUE.

O SUMIÇO.

A NOTÍCIA. O CHOQUE. COMO? POR QUÊ? AS PERGUNTAS QUE NÃO SE RESPONDEM.

A DOR.

O VELÓRIO. O CHORO. A DOR QUE SENTE NO CORPO. O TEU CORPO EXPOSTO.

O TEU ROSTO INCHADO. O TEU ROSTO. O TEU ROSTO.

UM NÚMERO. UM NÚMERO NAS ESTATÍSTICAS, UM NÚMERO NAS PÁGINAS DOS JORNAIS, UM NÚMERO DE PROCESSO, UM NÚMERO DE ADOLESCENTE INTERNADO E UM NÚMERO NUMA COVA.

MAS É **MARCOS RODRIGUES DA SILVA**. COM NOME ROSTO E HISTÓRIA.

É PRA TI QUE VOA AGORA LÁ EM CIMA E BRINCA COM AS POMBAS,

QUE DEDICO ESSAS PALAVRAS.

DECA uma mese
os que os policiais
com ele. Curioso
uma quantidade
muito
mese
policiais supostamente
curioso fato
atividade muito super-
te poderia corrigir
com os telas

monitores Os
dali; o kelam primis
o, onde são orientado
ente p1 o APS. "ente de
dor seu tom de voz pela cidade, de
Enquanto aquelas nitz. Numma tentativa
olhava para Morn, uma multa p1 a
Fenta il

uma noite
m' família sente
assistia ao fado
pela cidade, de
nitz. Numma tentativa
uma multa p1 a
alta, e fenta il

o pouco que abre
um tale e um
perruba
adole
deverant
bl' escena
multa p1 a

adolescentes
perrubans
3 adolese

o visões de perdo
ente do transito. (f
pela cidade, de
nitz. Numma tentativa
uma multa p1 a
capacidade e antea

la não conseguiu
adolecente mas
sabem que a vrb
m' família sente
assistia ao fado
pela cidade, de
nitz. Numma tentativa
uma multa p1 a
alta, e fenta il

No TCC
vosto de
policia trabalho
empre e
olheva q
que a m
agros, po
que a m

da policial para o
el. Pronto. Traficante. Vai
A uma mese vechea
e os policiais supostam
com ele. Curioso fato
uma quantidade
muito
mese
policiais supostamente
curioso fato
atividade muito super-
te poderia corrigir
com os telas

na am
adolecente
não cor
sa uma
vigência
viver est
mese vecheada
policiais supostamente
curioso fato
atividade muito super-
te poderia corrigir
com os telas

VOLTAVAM PARA A TELA DA TV CAPTURADOS POR UMA REALIDADE CONHECIDA, MAS (PROPOSITAMENTE) IGNORADA.

OS MENINOS QUE APARECIAM COM SEUS ROSTOS COBERTOS ERAM OS FALCÕES, "PASSARINHOS QUE NÃO DORMEM À NOITE", MENINOS DE 12, 13 E 14 ANOS ENVOLVIDOS COM O TRÁFICO DE DROGAS E QUE ALI ERAM PROTAGONISTAS DO DOCUMENTÁRIO "FALCÃO: MENINOS DO TRÁFICO". VOANDO PELAS RUAS DAS PERIFERIAS, ELES DENUNCIAVAM DE MODO CRU A VIOLÊNCIA DA CIDADE. NARRAVAM HISTÓRIAS DE VIOLÊNCIA, DESCASO E DESESPERANÇA.

A CADA NOVA NARRATIVA, MEU CORPO PARECIA QUE IA SE DESMANCHAR. ERA COMO SE PEDAÇO POR PEDAÇO FOSSE SENDO ARRANCADO A CADA VEZ QUE UM DESSES MENINOS ABRIA A BOCA PARA FALAR. MAS FOI DE UM, EM ESPECIAL, QUE VOZ RESSOOU EM MEU OUVIDO DE TAL FORMA QUE FOI IMPOSSÍVEL ESQUECER. COMO UMA FLECHA QUE ATRAVESSA O CORAÇÃO, ELE DISSE:

"SE EU MORRER, AMANHÃ NASCE OUTRO. MELHOR, PIOR OU IGUAL. TANTO FAZ."

FOI ENTÃO QUE MEU CORPO PARECIA SE DESFAZER DE VEZ. MEU OUVIDO NÃO SUPORTAVA ESCUTAR AQUILO, MINHA BARRIGA SE CONTORCIA, MEUS OLHOS TINHAM TANTA ÁGUA QUE AS ALMOFADAS FLUTUAVAM SOBRE A SALA, AS MÃOS NÃO SABIAM PARA ONDE IR E AS PERNAS IMOBILIZADAS NÃO ME DEIXAVAM NEM ESCAPAR CORRENDO DE TUDO AQUILO.

EU E O MENINO TÍNHAMOS A MESMA IDADE. NA ÉPOCA, UNS DOZE OU TREZE ANOS. ELE ERA TÃO PEQUENINHO. EU O OLHAVA, O OUVIA E SENTIA NELE ALGO QUE EU NÃO CONSEGUIA ENTENDER. NÃO FAZIA SENTIDO ALGUM O QUE ELE TINHA DITO, EU PENSAVA. COMO ELE PODIA ACHAR QUE TANTO FAZIA MORRER? QUEM HAVIA FEITO ELE PENSAR ASSIM? ERA TUDO ABSURDO DEMAIS.

AQUELA NOITE EU FUI DORMIR E NÃO CONSEGUI.

1. O QUE MOVE A ESCRITA?

É tarde. Escrevo. A cidade convalesce mas retoma aos poucos o movimento de uma noite qualquer, o fim do verão. Penso ingenuamente, intensamente na dor. Nas pessoas que morreram hoje, no sul. Nos mortos de ontem, de amanhã. E neste ofício estranho, humilde e altivo, necessário e insuficiente: passar a vida olhando: escrevendo.

Alejandro Zambra em “Formas de voltar para casa”

Paulo Endo (2005), na introdução de seu livro “Violência no coração da cidade”, traz o relato de uma cena de violência que presenciou também quando criança. De dentro do carro, com seu pai, ele vê dois homens brigando na rua. O pai desce e tenta apartar a briga, porém fracassa. Os dois homens seguem brigando, até que um se retira da cena para ir buscar uma arma. Endo não presencia o desfecho da cena, mas relata o quanto a experiência havia lhe afetado. Sua intenção ao contá-la no livro é a de reconstituir algo que lhe transtornou enquanto menino e que ainda hoje lhe ressoa, gerando angústias e inquietações.

Tal como Endo, eu também havia sido capturada pela imagem que passava na tela da televisão. Estava presa “ali como se não pudesse sair jamais. Em minutos eu havia sido capturado no que vi e no que vivi, permanecendo até hoje, quando me lembro, como um espectador pequeno e impotente” (2005, p. 15).

Nas semanas e meses seguintes, segui indo dormir com a fala do menino me incomodando. Lembro de naquela época ser tomada por uma sensação de impotência tremenda. Eu queria fazer algo, mas era como se não existisse nada a ser feito. Sentia-me invadida por ter participado como testemunha da crueldade contida na frase daquela criança e não ter encontrado meios de sair dela.

Em 2011, entrei para o curso de Psicologia da UFRGS. Um dia, descendo as escadas do prédio do Instituto, vi um cartaz de divulgação de uma bolsa para um projeto de extensão voltado para políticas públicas para a juventude. Mande e-mail, mas perdi o prazo. Já havia uma pessoa ocupando a vaga. Uma semana depois surgia a possibilidade de realizar uma pesquisa sobre evasão escolar do município de Esteio com uma professora que participava deste projeto de extensão. E foi assim que iniciei meus primeiros contatos com o PIPA- Programa Interdepartamental de Práticas com Adolescentes e Jovens em Conflito com a Lei.

Descobri que o PIPA era composto por quatro projetos de extensão: Coletivo Fila, Estação Psi, PPSC (Programa de Prestação de Serviço à Comunidade) e G10/SAJU (Serviço de Assessoria Jurídica Universitária) que possuíam como objetivo comum realizar um

trabalho de atenção integral aos adolescentes em conflito com a lei e suas famílias e gerenciar no sentido do fortalecimento das políticas públicas voltadas para este público.

Foi então que comecei a me envolver em cada um daqueles projetos. A voz daqueles adolescentes do documentário aos poucos ia retornando aos meus ouvidos. No PPSC ela retornou sob a forma de uma adolescente pedindo o cartão de passagens do TRI (Transporte Integrado) após ele cumprir a PSC (medida de Prestação de Serviço à Comunidade) no setor que lhe era designado, aproveitando aqueles minutinhos antes de ir embora para falar um pouco da vida. No G10, a voz voltava pelo avesso, voltava em sua ausência, nas salas de audiência onde se falava sobre o adolescente como se ele fosse desprovido de voz e não estivesse ali. Também na minha passagem pelo Coletivo Fila escutei essas vozes novamente, mas dessa vez através das mães falando sobre seus filhos nos sábados ao meio-dia enquanto aguardavam para visitá-los na Casa de Internação Provisória da FASE.

Mas, nessa escuta, algo se colocava de forma diferente em relação àquele ano em que assisti ao documentário. Era como se agora a impotência fosse substituída por uma outra sensação. Em todos estes projetos se colocava em evidência a potência de um trabalho que podia ser feito. Se antes parecia que nada adiantava fazer, ali eu ia conhecendo várias possibilidades de construção que apontavam uma direção no meio de tanta desesperança.

Naquele momento começava, sem saber, um percurso que iria me possibilitar transformar “em dizível aquilo que, até então, era “só imagem, quase nenhum pensamento” (Endo, 2005, p.14). Neste sentido, ia percebendo a diferença que se produzia ao encontrar um espaço para compartilhar esta angústia de escutar histórias que continham tamanhas violências. Era como se ao falar nas reuniões de equipe ou mandar relatos via grupos de e-mails a voz do menino se dissipasse e invadisse outros ouvidos que não só os meus.

Neste caminho, entra aqui o sentido e a necessidade deste escrito. É por obra da vontade de compartilhar estas histórias que escutei ao longo da minha trajetória na graduação, no trabalho com adolescentes em conflito com a lei, que ele emerge. Dar um outro lugar para isto que me afeta no percurso do tornar-se psicóloga. Esse escrito surge a partir das narrativas dos adolescentes, mas não busca dar conta de explicá-las, visto que, segundo Benjamin (2012), “metade da arte narrativa está em, ao contar uma história, evitar explicações” (p.219) pois, assim, “ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver desdobramentos” (p.220). Assim, o que me proponho está para além de encontrar explicações para algum fenômeno, tendo em vista que é impossível encontrar alguma explicação para a brutalidade que se coloca nas histórias que acompanhei destes adolescentes

e suas famílias. Pois, como transmitir com a linguagem algo que extrapola a dimensão linguageira?

Deste modo, o que me resta aqui neste escrito, e é o que tento consolidar, é fazer alguma elaboração disto que ouvi, vi e vivi. Elaboração que é também teórica, mas não somente, pois passa por outras vias de expressão.

Impulsionada por estas histórias, coloco-me a pensar que lugares se ocupa face à violência da cidade. O que acontece com um corpo submetido a atrocidade da violência? Quais são os efeitos deste encontro abrupto para o sujeito? Que consequências há no campo da linguagem diante desta força excessiva e inesperada? E o que se passa na cidade quando a violência urbana a domina?

Aqui alma, mão e olho (Benjamin, 2012, p.239): juntos tecem uma narrativa sobre esta experiência.

ELE CHEGA PONTUALMENTE NO HORÁRIO COMBINADO PARA IRMOS CONHECER O SETOR QUE IRIA CUMPRIR SUA PSC. SETOR NOVO, PARA NÓS E PARA ELE. ERA UM DIA BONITO DE SOL E RESOLVEMOS, AO INVÉS DE PEGAR UM ÔNIBUS, IRMOS CAMINHANDO PELA REDENÇÃO. É UM MENINO FALANTE E NÃO DEMORA A COMEÇAR A CONVERSAR. ME CONTA COMO ESTÁ TUDO TRANQUILO NA ESCOLA, FALA DA FAMÍLIA E DA IDEIA DE COMPRAR UMA CASA NOVA PARA MORAREM. ELE PENSA EM TIRAR UM EMPRÉSTIMO QUANDO FIZER DEZOITO ANOS, POIS SERÁ O ÚNICO NA FAMÍLIA COM NOME LIMPO. DEPOIS O PAI GANHARIA UM DINHEIRO DA HERANÇA QUE ESTARIA PARA RECEBER E ELE QUITAVA A DÍVIDA. CONVERSAMOS SOBRE O COMPROMISSO DE ASSUMIR UMA DÍVIDA COM TÃO POUCA IDADE E OS RISCOS QUE ISSO ENVOLVE. FALAMOS SOBRE TER CUIDADO.

UM PEQUENO SILÊNCIO TOMA CONTA DA CONVERSA, MAS LOGO É INTERROMPIDO. O ADOLESCENTE PUXA O CELULAR DO BOLSO E PEDE QUE EU VEJA AS FOTOS QUE ESTÃO ALI. ME NARRA A HISTÓRIA DE COMO FOI PARAR NO PPSC.

CONTA QUE HAVIA SAÍDO PARA DAR UMA VOLTA DE MOTO PELA CIDADE. PORÉM, O QUE NÃO SABIA ERA QUE O RISCO DE PERDER A VIDA E SE MACHUCAR NÃO VINHA SOMENTE DOS RISCOS DO TRÂNSITO. EM UMA DAS RUAS PELAS QUAIS ANDAVA, AVISTOU UM GRUPO DE POLICIAIS. COMO ERA MENOR DE IDADE E CONSEQUENTEMENTE NÃO TINHA CARTEIRA DE MOTORISTA, ELE CONTA QUE DEU MEIA-VOLTA E TENTOU IR NA DIREÇÃO OPOSTA NUMA TENTATIVA DE ESCAPAR DA MULTA PARA A MÃE E OUTRAS COMPLICAÇÕES POSSÍVEIS. OS POLICIAIS PERCEBEM O DESVIO DO PERCURSO DO MENINO E VÃO ATRÁS DELE. ELE ACELERA. OS POLICIAIS ATIRAM NA DIREÇÃO DELE. O ALCANÇAM E O ATROPELAM. NÃO HÁ TEMPO PARA EXPLICAÇÃO, OS POLICIAIS "JÁ SABEM" E NÃO ESTÃO NEM UM POUCO INTERESSADOS EM OUVIR O QUE ELE FALA. SABEM QUE A MOTO DEVE SER ROUBADA. SOCOS, PONTAPÉS E BATIDAS COM O CAPACETE NO ROSTO DO MENINO ANTECEDEM QUALQUER AVERIGUAÇÃO DO OCORRIDO. AS FOTOS QUE ELE ME MOSTRA SÃO ASSUSTADORAS.

COM ELE DEITADO NO CHÃO, TODO ENSANGUENTADO, CHECAM OS DOCUMENTOS E DESCOBREM TEREM COMETIDO UM "LEVE" ENGANO. "DEVE TER FEITO ALGO DE ERRADO, OU NÃO TERIA FUGIDO", FALAM. O DIRIGIR SEM CARTEIRA NÃO BASTA. DROGAS, EM QUANTIDADES MUITO MAIORES DO QUE ELE PODERIA CARREGAR EM CIMA DE UMA MOTO COM OS BOLSOS FURADOS DE SUA CALÇA, MISTERIOSAMENTE SÃO ENCONTRADAS PELOS POLICIAIS A CAMINHO DO DECA.

O DIA BONITO DE SOL PARECIA NÃO FAZER JUS A HISTÓRIA.

2. CAMINHANDO ATRAVÉS CIDADE

Para que se possa trabalhar a problemática da violência urbana, debulhar seus efeitos e pensar saídas possíveis, parece necessário, primeiro, deter-se sobre o espaço onde ela ocorre, a urbe. Tomar a cidade como lugar onde o encontro com o outro produz determinados modos de subjetivação. Para tanto, neste capítulo percorrerei as condições que possibilitaram a construção do laço social tal como o concebemos hoje em dia. Pensar os conflitos que nele habitam e as formas que temos encontrado para lidar com o encontro com o outro. O que a arquitetura das cidades tem a nos dizer sobre nossa construção subjetiva?

Em *Totem e Tabu* (2013), Freud conta a história de uma comunidade dominada por um pai primordial. O autor forja este mito como um recurso para explorar a origem da construção do laço social, condição de possibilidade da formação das cidades modernas. Segundo Freud (2013), este pai mantinha todas as mulheres para si e expulsava os filhos da tribo quando os mesmos atingiam a idade adulta. Em certa ocasião, esses irmãos unem-se para cometer o assassinato do pai tirano como forma de barrar o monopólio do gozo que o pai detinha. Após matá-lo, o devoram num ritual festivo, onde todos ingerem um pedaço de sua carne, apropriando-se de parte de sua força, como forma de receber seu legado simbólico. Somente “unidos, eles ousaram e realizaram o que teria sido impossível ao indivíduo” (Freud, 2013, p. 207), estabelecendo uma organização coletiva entre irmãos, uma fátia.

Contudo, o sentimento de culpa que se estabelece ao notar o lugar vazio deixado pelo pai, ambivalentemente amado e odiado, e a impossibilidade de qualquer filho realizar o desejo de tomar este lugar para si, criam a necessidade de fundar um substituto ao pai morto para que ninguém encarne o papel do pai tirano, fundando assim o totem como representante deste lugar que sempre permanecerá vazio. Tem-se assim a passagem de uma ordem fundada em um pai cruel, real e absoluto para uma sociedade regida por um pai simbólico, representante da Lei, o totem. A instituição desta Lei, feita em acordo entre os irmãos, “exige a renúncia de algumas satisfações pulsionais, como condição para se pertencer à coletividade e se beneficiar das vantagens asseguradas pelo pacto civilizatório.” (Kehl, 2015). Neste sentido, a entrada num sistema totêmico está relacionada à algumas interdições sociais que barram a possibilidade do gozo absoluto por algum membro da fátia, estabelecendo assim aquilo que pode ou não ser feito para uma vida democrática e não tirânica. A civilização, portanto, se funda na ideia do compartilhamento das responsabilidades da resolução dos conflitos como forma de organizar uma ordem social. Opta-se, assim, pela negociação através da palavra, da Lei, ao

invés do uso da violência tirânica, como forma de lidar com as problemáticas que o convívio social impõe. Uma vez que “o primado da força não pode mais prevalecer na sociedade democrática, a negociação é o que se impõe como instrumento permanente do exercício da política e da configuração dos liames sociais” (Birman, 2009, p. 97).

Segundo Kehl (2015), a fundação de uma sociedade regida por uma ordem simbólica também possibilita o aparecimento das diferenças, pois esta fundação coloca em questão o que se entende por coletivo. “Se esta Lei primordial, puramente simbólica, pode ser pensada como universal, sua articulação à estrutura do desejo, em contrapartida, funda a diferença” (Rinaldi, 2009). Se anteriormente todos possuíam uma condição de idênticos perante a figura do pai tirano, sendo este o único que possuía uma condição diferenciada em relação aos demais, esta nova configuração coloca em cena as singularidades de cada um. A cidade surge, então, como o lugar onde o exercício da diferença é condição fundamental para desenvolvimento de uma convivência com o outro:

O fim da tirania, a devoração simbólica do pai da horda primeva freudiana tem precisamente essa consequência: a emergência paradoxal de que a comunidade de iguais, em que ninguém traz a marca de um poder transcendente sobre os outros, é também a condição de possibilidade do singular ou da diferença. Conjugar igualdade com diferença parece constituir uma característica fundamental do modo urbano de viver. (Lages, 2013, p. 114)

Porém, se a cidade trouxe consigo a possibilidade da composição na diferença e de negociação pela palavra, temos acompanhado nas últimas décadas, um movimento na direção oposta. Há uma crescente privatização dos espaços de circulação e convívio, onde o acesso à cidade fica cada vez mais restrito. Tornando-se “espaços de pouca permeabilidade dispostos em um espaço asséptico, inóspito, vigiado, homogeneizado e previsível, sobre o qual nos deslocamos em triste individualidade” (Lages, 2013, p. 115).

A intensificação da faceta asséptica e eliminadora dos rastros deixados pelos percursos individuais chama a atenção de Benjamin (2012) para o que, em “Experiência e Pobreza”, analisa a forma como o desenvolvimento da maquinaria técnica se sobrepôs ao homem e configurou novas formas de produção da cidade. Conforme o autor, no século XIX, a burguesia tomava a casa como reduto máximo da intimidade, a “moradia como o estojo do homem” (Benjamin, 2006, apud Palombini, 2009) numa luta constante contra o anonimato da cidade grande. Neste sentido, o filósofo situa o veludo como material hegemônico das casas burguesas, lugares “profundamente impregnados de privacidade” (Gagnebin, 2009, p. 51), onde os móveis eram repletos de vestígios de seu habitante. A casa se contrapunha ao espaço

público, onde havia uma massa diversificada e sem rosto. O espaço do indivíduo e o espaço do povo eram espaços marcadamente distintos.

Com o avanço do capitalismo e dos meios de produção, passamos para uma cultura do vidro, material “inimigo do mistério” em que “nada se fixa” (Benjamin, 2012, p. 126). O vidro como elemento que, segundo Benjamin (2012), domina a arquitetura da cidade moderna. Tal material recusa qualquer tentativa de deixar marca na busca por uma constante aparência de limpeza e transparência. Um material asséptico e homogêneo que não possibilita nenhum rastro, nenhuma lembrança de que alguém passou por ali e deixou uma marca diferente da que havia anteriormente. Transparente, não admite nada que nada não seja enxergado e examinado, não permitindo que haja algum espaço que não esteja previamente decodificado. As casas, neste novo modelo de cidade, já não são mais o refúgio harmonioso para qual o habitante busca abrigo depois de um dia no caos urbano, pois a cidade se torna o próprio refúgio privado do caos. Não à toa é neste texto, *Experiência e Pobreza*, que Benjamin (2012) trabalha a questão do declínio da experiência e da narrativa. Nesta arquitetura do vidro, tudo já está exposto, visível, não há espaço escondido onde quem encontra algo possa contar aos outros o que achou.

O que está em questão nesta análise de Benjamin ,que aqui brevemente apresento, é o modo como fica explícito a relação entre os espaços de habitação e a construção de subjetividades dentro da cidade. Assim, ao falar dos materiais de produção das casas europeias em determinados momentos históricos, Benjamin também está falando das cidades e dos sujeitos que ali se produzem. Neste sentido, se olharmos para os materiais de produção da arquitetura das cidades brasileiras, ha um elemento muito presente nas grandes capitais. Feitos com tijolos, concreto ou simples pedaços de aço, a cidade é assolada por muros. Muros que se erguem em torno de espaços de circulação e convívio na cidade.

Os muros sempre foram utilizados para demarcar espaços e diferenciar o que está de um lado e do outro, estabelecendo um dentro-fora. Algo que estabelece uma fronteira territorial, política e psíquica. Por muito tempo, e ainda hoje em dia, os muros dos hospitais psiquiátricos e das prisões foram os responsáveis por demarcarem quem era o louco e o criminoso, enclausurando-os atrás de grades e os excluindo da circulação da polis. Interessante pensar que este movimento de cercamento dos espaços de convívio da cidade ocorre justamente no momento em que estes muros começam a serem, ainda que bastante lentamente, estilhaçados por meio de políticas públicas substitutivas, através dos CAPS ou do estabelecimento de medidas em meio aberto, conquistadas através das lutas travadas pelos

movimentos sociais. Que muros são estes que então se constroem atualmente? A serviço de que eles são erguidos?

Se os muros dos hospitais psiquiátricos e das prisões não estão mais dando conta de discriminar e tirar da cena urbana aquele que não é considerado digno de ser cidadão, estariam estes muros sendo erguidos como uma última tentativa de assegurar esse lugar diferenciado de determinadas camadas populacionais? Pois, com o acesso privado à cidade, só podem entrar nela aqueles que possuem condições financeiras, sociais e políticas para tanto. Os novos muros servem, portanto, para estabelecer novas fronteiras que geram e reproduzem formas antigas de exclusão e segregação.

Neste caminho, Dunker (2015) analisa como o processo de construção de condomínios fechados que prolifera nos últimos anos está relacionado aos modos de expressão do mal-estar brasileiro na atualidade. Propõe pensarmos estes condomínios como uma espécie de patologia das relações que estabelecemos no laço social, abordando o problema como um sintoma social. Kehl (2010) conceitua o sintoma social como aquilo que:

Se manifesta através de práticas e discursos que se automatizam, independentes das estruturas psíquicas singulares de cada um de seus agentes. Assim como ocorre quando o sintoma individual se cronifica sem tratamento, também o sintoma social tende a se agravar com o passar do tempo. (Kehl, 2010, p. 79)

Cabe, portanto, pensarmos quais engrenagens estão operando neste sintoma que parece funcionar de modo autônomo a própria sociedade e o que dele tem se agravado nos últimos anos.

Para tanto, Dunker (2015) utiliza do modelo de Alphaville como figura exemplar desta lógica de muros que tem imperado. Alphaville é um condomínio situado na cidade de São Paulo que abriga mais de 12 mil residências, 42 edifícios residenciais e 16 prédios comerciais (Wikipedia, 2015), ele surgiu em meados da década de 70, com um grande apelo publicitário que se encarregava de vender tal proposta como uma forma de resolver os dois maiores problemas da classe média-alta: a falta de segurança urbana e o acesso a serviços de moradia e infraestrutura, com uma proposta de felicidade absoluta (Dunker, 2015, p. 49). Ao pesquisar um pouco mais sobre o condomínio na internet, descobro que o jornal The Guardian divulgou, em 2013, Alphaville como detentora do sexto maior muro, com cerca de 64 quilômetros de extensão, numa lista das dez maiores muralhas da modernidade. Dentro dos condomínios tudo é “funcional, administrado e limpo” (Dunker, 2015, p.47), originando falsas ideias de pacificidade, ordem e segurança, criando uma “forma de vida na qual a precariedade, o risco e a indeterminação teriam sido abolidos” (Dunker, 2015, p.47) do jogo. Produzindo estilos de

viver sustentados por uma lógica “planejada, asséptica e controlada, baseada no uso e na administração racional do espaço, do lugar e das posições” (Dunker, 2015, p. 51) que remetem a arquitetura de vidro a qual nos referíamos em Benjamin. Este espaço é lido como universal e, portanto, quem não está no condomínio está fora, numa condição de exterioridade, de estrangeiro na própria cidade, são os que ficam “sem lugar, sem terra, sem teto, sem destino” (Dunker, 2015, p. 53).

Desta forma, tais tipos de habitação geram uma sensação ilusória de que lidamos com os problemas sociais que nos atingem, pois há “a crença de que, se você constrói muros e não tem contato com a coisa, a coisa não acontece. Se eu puser um muro entre eu e a morte, não tem morte. Se eu puser um muro entre eu e a bruxa, eu e o lobo mau, não tem bruxa nem lobo mau” (Brum, 2015).

A segurança pública é ruim? Contratamos seguranças privados e blindamos os carros. A educação está falida? Escolas particulares com mensalidades que equivalem a três salários mínimos. Espaços de lazer e diversão? Os shoppings centers oferecem inúmeras lojas para tanto. O atendimento em saúde não é o mais adequado? Até os funcionários de hospitais públicos possuem planos de saúde.

Entretanto, uma sociedade que se ergue sob a égide de muros sempre vai necessitar de uma ameaça imaginária do lado de fora que justifique a presença daqueles muros ali onde estão. Os lobos maus e as bruxas são fabricados para que se possa seguir ignorando aquilo que está do lado de fora. O pavor que se alastra sobre os viventes da cidade vem de uma percepção “de desamparo psíquico em que as funções do ego estão desabilitadas. É um sentimento que impede o reconhecimento da complexidade e inibe o psiquismo, relegando-o a funções e ações imediatas e reativas.” (Endo, 2009). Contudo, é justamente esta condição de desamparo que fundamenta a democracia, pois se não há mais o pai primevo que detém a lei para si, a lei deve ser regulada de forma coletiva, devendo todos cidadãos assumirem a responsabilidade e as consequências de viver em sociedade. Para que não se viva em uma tirania e se possa exercer a liberdade devemos, portanto, acolher esta sensação de desamparo.

Os sujeitos então agem na busca de encontrar algo que possam nomear como culpado por esta sensação de mal-estar e insegurança. Porém, não se dão conta do quanto também são autores neste processo de produção de mal-estar:

A sociedade apavorada, que insiste em reconhecer-se como vitimada precisamente porque não reconhece a autoria das violências que provoca e aquelas que não combate, encontra-se também, como a criança com arma na mão, regredida e impotente. (Endo, 2009)

Desta forma, o material que dá sustentação a construções de muros hoje em dia é o medo. O medo é a argamassa que apoia cada tijolo de um muro. Pois como fala Mia Couto (2011): “há, neste mundo, mais medo de coisas más do que coisas más propriamente ditas”. Birman situa que a paranoia é “o preço alto que pagamos por viver em uma sociedade sitiada e ostensivamente segregada” (2009, p.11).

Zizek fala de uma biopolítica pós-política, onde estaríamos abandonando o caráter político e ideológico que contem a vida em sociedade, para tornar o medo o afeto mobilizador dos sujeitos para uma administração eficaz da vida. A sociedade se torna “união assustadora de pessoas aterrorizadas.” (Zizek, 2014, p. 46) O outro é tomado como um invasor e torna-se um dever proteger-se do encontro com ele, pois “qualquer permeabilidade entre o dentro e o fora, entre a rua e o muro, seja na casa, na escola, no shopping ou no carro, ela já aprendeu a decodificar como intrusão.” (Brum, 2015). Isto gera um círculo vicioso em que ao mesmo tempo que os muros são efeitos de uma sensação de insegurança, eles se tornam a causa de mais violência. Os muros são justificados como defesa contra o encontro com o outro, encontro sempre tomado como perigoso; só que ao invés de operar como uma defesa acaba se tornando um ataque ao outro.

Assim, a cidade como espaço de exercício da diferença vai sumindo para dar lugar a espaços de reprodução do mesmo. Assistimos à destruição da urbe como lugar de partilha e construção de um comum na diferença. O único convívio que se torna possível acontece apenas entre iguais. Conforme Endo:

Ao cobiçar uma cidade só para si – limpa, rica e segura – as instituições, grupos e cidadãos inventam um objeto fantástico que vai sendo gradativamente desfigurado à medida que é conquistado. Quanto mais a cidade é privatizada, menos cidade ela se torna. (Endo, 2005)

Contudo é justamente o encontro com o outro que produz uma circulação pulsional. Quanto mais segregada e estagnada for a circulação de pessoas diferentes dentro da cidade, mais reino propício será à pulsão de morte. Isto não porque as pessoas necessariamente conversam entre si enquanto estão na rua, no espaço público, mas porque os corpos, se esbarrando e se encontrando, produzem uma erotização do espaço (Kehl, 2015). O jornal O Globo (2015) divulgou recentemente numa reportagem o caso de um homem que andava pela calçadas das ruas da cidade de São Paulo quando esbarrou em um policial que não estava fardado. O policial imobiliza imediatamente tal sujeito, pede sua identificação e sai bufando, conforme visto no vídeo que acompanha a reportagem, furioso que o homem havia esbarrado nele e não havia pedido desculpas, não aceitando que tal esbarrão tenha acontecido com tanta

naturalidade. Os dois são levados para a delegacia Tal atitude do policial evidencia recusa ao “encontrão” com o outro.

Dos muros de concretos passamos aos muros simbólicos. Muros e grades são colocados no lugar de palavras. O espaço de diálogo com o outro se torna cada vez mais impossível. E é justamente na ausência da linguagem, que a violência, em sua forma mais devastadora, emerge (Endo, 2005).

NO TCC DE UMA AMIGA, ELA FALA DO ROSTO DE UM ADOLESCENTE QUE CRUZOU SEU CAMINHO, ENQUANTO ESTAGIÁRIA DO CREAS. ROSTO QUE ELA NÃO CONSEGUE DEIXAR DE LEMBRAR. UM ADOLESCENTE QUE APARECEU EM SUA FRENTE COM O ROSTO TODO MACHUCADO PELA POLÍCIA AO SER DETIDO. EU, QUE TRABALHO COM UM CONTEXTO DE VIOLÊNCIA E SEI DO IMPACTO DE OUVIR UMA HISTÓRIA DE TORTURA, ACHEI QUE DE CERTA FORMA COMPREENDIA A CENA QUE ELA TRAZIA. MAS ONTEM, PERCEBI QUE NÃO. FOI NECESSÁRIO QUE EU VIVESSE ESSE ENCONTRO COM UM ROSTO DE UM ADOLESCENTE TODO MACHUCADO PARA DESCOBRIR QUE A DUREZA DESSE ROSTO TÃO REAL É ALGO QUE PRODUZ UM EFEITO DEVASTADOR.

ERA DE MANHÃ, MAL TINHA ACORDADO, QUANDO RECEBI UMA LIGAÇÃO DE UM TÉCNICO DA FASE: "ELE SE ENVOLVEU NUMA BRIGA, ESTÁ MACHUCADO E VAI TER CAD ÀS 13H30". ACIONO O RESTO DA EQUIPE E NOS ORGANIZAMOS PARA IRMOS ATÉ O POA 1. "OK, ADOLESCENTES BRIGAM E SE MACHUCAM COM UMA CERTA FREQUÊNCIA", PENSO EU, NO CAMINHO. CHEGANDO LÁ, AO ENCONTRÁ-LO, NÃO CONSIGO ACREDITAR NO QUE VEJO. UM OLHO QUE QUASE NÃO ABRE E O QUE ABRE ESTÁ CHEIO DE SANGUE. UM PESCOÇO COM UMA TALA ENORME. UM ROSTO MUITO INCHADO.

NOS SENTAMOS NUMA SALINHA PEQUENA, DE PAREDES CINZAS. O MONITOR LÊ A CAD: "DURANTE A NOITE, ELE E MAIS TRÊS ADOLESCENTES DIRIGIRAM-SE PARA O BANHEIRO, ONDE INICIARAM UMA BRINCADEIRA CHAMADA DE "CINQUINHO". O ADOLESCENTE NÃO QUIS CONTINUAR BRINCANDO E EMPURROU UM DOS OUTROS ADOLESCENTES NO CHÃO. AO RETORNAR PARA O BRETE, TODOS FORAM DORMIR. O ADOLESCENTE LEVANTOU-SE NO MEIO DA NOITE PARA IR BEBER ÁGUA, SENDO ESTE O MOMENTO EM QUE UM DOS ADOLESCENTES LHE DEU UM MATA-LEÃO, O IMOBILIZANDO E DERRUBANDO-O NO CHÃO. EM SEGUIDA, OS ADOLESCENTES PASSAM A CHUTAR SUA CABEÇA, OLHO E PESCOÇO, OCASIONANDO-LHE UM DESMAIO. UM OUTRO ADOLESCENTE, QUE NÃO HAVIA SE ENVOLVIDO NA BRIGA ATÉ ENTÃO, COMEÇA A PEDALAR O BRETE PARA CHAMAR A ATENÇÃO DOS MONITORES. OS MONITORES CHEGAM E RETIRAM ELE DALI, O LEVAM PARA O POSTÃO DA CRUZEIRO ONDE SÃO ORIENTADOS A LEVÁ-LO URGENTEMENTE PARA O HPS".

ELE LÊ ISTO DE FORMA BUROCRÁTICA, SEM NUNCA ALTERAR SEU TOM DE VOZ OU DEIXAR-SE AFETAR PELO OCORRIDO. ENQUANTO AS PALAVRAS ERAM SENDO DITAS, OLHO PARA ELE, QUE ESTÁ DE CABEÇA BAIXA, OLHANDO PARA O CHÃO. PARECIA QUE A CADA PALAVRA QUE IA SENDO DITA, SEU ROSTO IA SENDO NOVAMENTE MACHUCADO.

O ROSTO DELE NAQUELE ESTADO É UMA IMAGEM DA QUAL NÃO CONSIGO ESQUECER.

3. PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA URBANA

Há aqueles que tem medo que o medo acabe

Mia Couto

Há um roteiro que se repete constantemente nos programas de televisão que passam nas casas brasileiras. Neste roteiro, cada personagem já possui um papel e um território bastante definidos. Há o núcleo dos personagens que moram em casas luxuosas, em condomínios fechados; seus enredos giram em torno de ir da casa para o trabalho, do trabalho para o shopping, sempre em carros blindados. Em outro canto da cidade, que parece longe, mas na verdade é colado a este primeiro, separado apenas por um muro, está o núcleo que mora na periferia e é retratado de duas maneiras: ou com um look de empregada doméstica ou de porteiro; ou o personagem é negro, pobre e adolescente, e então altamente perigoso.

O encontro entre estes dois núcleos acontece de duas formas: se quem aparece é a personagem da empregada doméstica/porteiro, as cenas são marcadas por uma relação de autoridade e domínio do primeiro núcleo sob este segundo, mas sempre isso será mostrado de modo a mascarar qualquer traço de violência, como se o primeiro núcleo sempre estivesse fazendo um favor a este segundo.

Já se o personagem é o jovem negro, o encontro é mostrado como sendo sempre brutal e violento, sendo este personagem retratado como alguém muito cruel, sem qualquer traço que remeta à história de vida do personagem.

A mídia se ocupa em captar, principalmente, as cenas deste segundo tipo de encontro, reproduzindo constantemente imagens de violência. Segundo Endo, estas imagens são tratadas com desresponsabilidade por estes meios de comunicação, que estão mais preocupados em vendê-las do que realmente encará-las como uma questão a ser estudada e enfrentada, exibindo-as sem nenhum compromisso com a análise de dados ou com algum trabalho de pesquisa dos repórteres. As imagens de violência funcionam, assim, pautadas por uma lógica de mercado, onde o que está em jogo é arranjar mais espectadores ávidos por consumi-las. Endo pontua que são imagens que cobrem o que exibem, pois, “a obsessão em retratar redundante no seu contrário: não se esclarece nada, não apreende nada, apenas redobra a obscuridade de um mundo já tomado por imagens” (Peixoto, 1996, apud Endo, 2005, P. 205). Isto traz a necessidade de apresentar constantemente imagens novas em intervalos ininterruptos. Imagens seriadas que buscam reiterar os mesmos emblemas, os mesmos personagens, os mesmos cenários.

Desta forma, a mídia acaba exercendo a função de gerar medo e caos na população, uma vez que “para fabricar armas, é preciso fabricar inimigos. Para produzir inimigos, é imperioso sustentar fantasmas. ” (Couto, 2011). A reprodução constante destas cenas de horror torna a violência algo inerente ao cenário da cidade. As violências se tornam cotidianas e se banalizam diante do excesso de suas imagens. (Endo, 2005, P. 261). Esta exposição constante nos anestesia, deixa de produzir impacto, produzindo apenas continuidade.

Surgem, assim, sistemas de violência que adquirem autonomia própria e acabam por vezes alheios às próprias lógicas que os criaram, se esparramando desordenadamente pela cidade (Endo, 2005, P. 228), criando um círculo vicioso alimentado pelo ódio e pelo medo. E ao comprar esses produtos-imagens, o espectador ergue os muros, de que anteriormente falávamos, como uma forma de se proteger desta violência exposta, sem se reconhecer também como autor disto que é reproduzido. Deste modo, os encontros que se estabelecem, fora das telas da televisão, são sempre previamente circunscritos como violentos, devendo ser evitados de todo modo.

O que assistimos acontecer no cotidiano é que quando ocorre o encontro com o outro, já não mais se recorre à linguagem como forma de interação, mas a uma ação sem mediação da palavra. Uma ação, carregada de destrutividade, que busca constantemente “o idêntico no seio da diferença” (Endo, 2005, p. 89). A violência surge então como possibilidade de esterilizar e afastar do convívio tudo que não está contido no desenho do mapa da cidade protegida pelos muros, como uma forma de garantir que “os privilégios atrás dos muros se mantenham cimentados. ” (Brum, 2015).

Por isso, quando um sujeito ousa ultrapassar as fronteiras artificialmente estabelecidas, tem seu corpo almejado como alvo de uma ação violenta. Pois, aquilo que está fora, não pode entrar e quando entra está passível de ser violentado. As instituições de segurança são destituídas do papel de proteger o cidadão para proteger os espaços privados, ficando a serviço do capital. A polícia funciona sob uma lógica militarizada, onde há um inimigo, visto como externo, há quem deve-se combater a qualquer custo. A entrada deste “inimigo” na cidade deve ser impedida de todas formas possíveis. O treinamento a que são submetidos os agentes de segurança evidencia esse funcionamento de guerra da polícia militar brasileira. Treinamentos extremamente humilhantes que naturalizam a violência e a agressão.

Soma-se a isso o fato de que temos uma polícia puramente ostensiva, com uma ação bastante imediatista. As situações de violência urbana são tratadas de modo simplista, sendo a violência a forma que se opta como método para resolver os problemas. Assim, as polícias militares brasileiras utilizam de mecanismos extremamente repressivos para lidar com os

conflitos do dia a dia. A tortura é usada como instrumento de trabalho cotidiano dos policiais brasileiros, prática historicamente aceita pelo laço social brasileiro:

A tortura tem sido historicamente uma prática social aceitável para os “outros”. “Outros” que assumem faces variadas ao longo do tempo e de acordo com a gestão do Estado: daqueles que se opõem ou resistem ao poder, outros que “merecem” o castigo, os considerados seres descartáveis. Esta é a lógica da tortura: atingir aqueles que, naquele momento histórico, se tornaram indesejáveis ao poder. A prática da tortura esquadrinha o sócios. Marca o preconceito, a discriminação, a exclusão. Tem uma função que segrega, divide o campo entre torturáveis e não torturáveis. Além de segregar, produz o isolamento daquele que atinge (Brasil, 2010, p. 271)

Importante ressaltar que a tortura praticada por agentes do Estado se diferencia das ações de violência e tortura praticadas por cidadãos comuns. Ela se diferencia porque justamente aqueles que deveriam proteger, violentam, torturam e matam:

É da inversão de sua missão de assegurar a integridade física, de garantir os direitos de cidadania, de dar sustentação a um estado de proteção e criar um estado de desproteção, de insegurança e vulnerabilidade, de ataque à integridade, que se iluminam a dimensão e o caráter político dessa ação, relacionado ao momento histórico de gestão do Estado. Transgredindo a própria norma de assegurar a proteção, a violência estatal se faz, redundando em destruição, em desconstrução da dignidade humana e exclusão social. (Brasil, 2010, p. 264)

Para que as instituições de segurança exerçam este papel repressivo, estes sujeitos, jovens negros de periferia, são transformados em monstros sem rosto (e aqui a mídia tem uma função determinante), meros objetos a serem acertados e retirados da circulação. Destitui-se qualquer traço de humanidade possível, para que se legitime uma intervenção sobre aquele corpo, para que se possa imobilizá-lo, “como se fosse possível removê-lo a um outro lugar, a um outro espaço onde não seria preciso vê-lo existir, conviver com ele. [...]suma desapareça, não partilhe comigo do mesmo espaço. O meu espaço.” (Endo, p100)

Segundo Zizek, não se reconhece estes sujeitos como “outro ser humano com uma vida interior rica e cheia de histórias pessoais, que narra a si mesmo a fim de adquirir uma experiência de vida dotada de sentido, uma vez que uma pessoa assim não pode, em última análise, ser um inimigo.” (Zizek, p.49) pois assim podemos seguir encarando-os como inimigos sem pensar nas histórias de vida que o acompanham.

Desta forma, a crueldade da ação violenta não reside apenas no golpe que atinge o corpo, mas, principalmente, no caráter objetificador que a contém. Pois ao destituir estes sujeitos de suas histórias, eles acabam assumindo uma posição de objeto frente à ação destrutiva do outro.

“Sua ação não permite abstrações de nenhuma espécie. Ela age rápido e a prova de sua eficácia é o ferimento que produz. Truculência, tortura, assassinatos, espancamentos estão em favor desta demonstração e desta prova. Deter, prender, privar de liberdade não é o bastante; é preciso possuir o corpo sob o qual se intervém, dessubjetivá-lo, demonstrando como isso é feito” (Endo, 2005, p.39)

O corpo é então submetido à degradação. A violência o atravessa e o ultrapassa como um mero obstáculo para seu objetivo final: atingir o corpo com a intenção de arrancar dele o lugar de quem fala, transforma-lo em “um corpo vazio, literalmente nu, um corpo sem nome e sem história, um corpo de ninguém” (Rauter, 2010, apud Brasil, 2010, p.261). Pois, segundo Endo (2005, p. 92) o corpo torturado é destituído do lugar de depositário da linguagem para que se consiga atingir a dessubjetivação do sujeito. Ao relembrar os choques elétricos aos quais os indivíduos que voltavam das guerras eram submetidos, ele associa tal atitude a uma forma de aprisionar o indivíduo ao próprio corpo:

Os choques elétricos [...] também eram um modo de aprisioná-los no próprio corpo, relegando-os, indefinidamente, à repetição da experiência traumática até que, por fim, o corpo respondesse ao desejo de absoluta obediência comportamental, em que a palavra é desnecessária e estéril (Endo, 2005, p.92)

Podemos pensar a violência como um fenômeno tipicamente humano, uma vez que ela só ocorre com seres inscritos no universo da linguagem, já que é a negação de sua possibilidade:

é para um ser que fala, que, falando, busca o sentido, para um ser que deu alguns passos no discurso e sabe de alguma coisa da racionalidade, que a violência constitui um problema, que a violência se apresenta como problema. Assim, a violência tem sentido no seu outro: a linguagem. (Ricoeur, 1967, apud Endo, 2005, p. 90)

Assim, a experiência que o corpo vive é uma experiência traumática, ante a qual a linguagem fracassa, tornando-se irrepresentável para o sujeito que ali sobrevive. O transformando apenas num “corpo desfigurado, desmanchado, impossível de qualquer investimento narcísico próprio ou alheio” (Endo, 2005, P. 95).

Walter Benjamin evidencia em alguns de seus textos, em especial em “Experiência e Pobreza” e “O narrador”, as consequências drásticas de um período de guerras, onde conviver com a barbárie gerou formas específicas de se relacionar com o social. Estar frente a frente com um cenário de destruição gera efeitos que até hoje reverberam e se atualizam nas formas como transmitimos uma experiência. O filósofo, ao analisar a volta dos soldados após as guerras, chama atenção para o fato de que ao invés de voltarem cheios de experiências para contar, os soldados voltavam mudos, sem poder dizer uma palavra sobre aquilo que viveram

nas trincheiras dos campos de batalha. Os soldados voltavam “pobres em experiências comunicáveis” (Benjamin, 2012, p. 124), pois a experiência da guerra era uma “experiência radicalmente desmoralizante” que não encontrava nenhum lugar no discurso, “aquilo que vivenciaram não podia mais ser assimilado por palavras” (Gagnebin, 2006, p. 51). Há uma impossibilidade narrativa frente ao trauma gerado por este período de guerras, pois

Não há o que contar e, mais importante, não há o que ouvir de uma guerra de metralhadoras e bombardeios aéreos. Estima-se que 35% dos homens morreram nas trincheiras, enquanto aguardavam o momento do ataque ao inimigo, por não suportarem as condições de higiene, alimentação e convívio, lançando-se em direção ao campo do inimigo para serem logo metralhados; ou, então, se automutilavam para poderem se evadir dali. (Lo Bianco et al, 2010)

Desta forma, confrontar-se com uma situação traumática impõe aos sujeitos vivenciarem estados de horror e perplexidade. Trata-se da imediatez de um acontecimento cruel produzindo um atraso na condição de resposta do psiquismo: eis o trauma. As formas precárias que o psiquismo encontra para suportar essa situação – de uma resposta que não pode se dar no tempo - se ancoram em uma força repetitiva que os leva a reviver constantemente as dores e os sofrimentos que já foram vividos uma vez como insuportáveis

Tal como Benjamin, Freud (1920) também não pode deixar de interrogar-se sobre o efeito da guerra nos sujeitos. Ao analisar a produção onírica dos soldados, Freud salienta o fato de que os sonhos por eles reproduzidos os traziam de volta para a cena traumática, colocando em xeque sua teoria de que todos os sonhos teriam uma função realizadora do desejo, pois não havia nada nestes sonhos que produziam prazer, apenas repetição destas cenas. Para aquele que enfrentou situações de violência, o sono tranquilo lhe era proibido.

É a partir deste fato que Freud (1920) introduz a relação entre o que chamou de “compulsão a repetição” e “pulsão de morte”, estabelecendo que havia algo para além do princípio do prazer que se impunha nestas situações e conduzia o sujeito a reproduzir constantemente aquilo que lhe causou sofrimento. É na análise do trauma que ele encontra a resposta

Descrevemos como ‘traumáticas’ quaisquer excitações provindas de fora que sejam suficientemente poderosas para atravessar o escudo protetor. Parece-me que o conceito de trauma implica necessariamente uma conexão desse tipo com uma ruptura numa barreira sob outros aspectos eficazes contra os estímulos. Um acontecimento como um trauma externo está destinado a provocar um distúrbio em grande escala no funcionamento da energia do organismo e a colocar em movimento todas as medidas defensivas possíveis. Ao mesmo tempo, o princípio de prazer é momentaneamente posto fora de ação. Não há mais possibilidade de impedir que o aparelho mental seja inundado com grandes quantidades de estímulos; em vez disso, outro problema surge, o problema de dominar as quantidades de estímulo que

irromperam, e de vinculá-las no sentido psíquico, a fim de que delas se possa então desvencilhar. (Freud, 1920 p. 45)

Há algo que se rompe quando o sujeito é submetido a força de um evento traumático. Algo que fica sem ligação para o psiquismo. Restando então ao sujeito repetir, em ato, aquilo que não pode representar. Segundo Mees (2007, p. 19) “a repetição envolve elementos que, anteriores a não lembrar, não se podem inscrever, pois não estão incluídos na cadeia significante, a qual permite representar; ao mesmo tempo em que a insistência busca incorporar a marca daquilo que se repete. ”. Ou seja, repete-se aquilo que o discurso social não dá conta de apresentar um lugar para se inscrever.

Há uma certa repetição no modo como o brasileiro lida com as questões sociais que o atravessam ao longo da história de construção do país. A consolidação de um estado democrático conviveu sistematicamente com o desrespeito aos direitos civis desde o início do surgimento do Brasil como nação.

No lugar de encararmos os problemas desde a raiz, optamos por maquiá-los com certas ações que apenas os tamponam, evitando que vazem e atinjam as classes sociais dominantes. Temos na forma como lidamos com a escravidão e a ditadura civil-militar exemplos paradigmáticos de o quanto a recusa de realmente enfrentar tais questões permanece surtindo efeitos extremamente graves no laço social. O que há por trás de uma cegueira que se recusa a ver as barbáries que nos atravessam?

A ferida que os trezentos anos de escravidão brasileira deixou ainda não encontra meios de cicatrizar, pois a todo tempo volta a infeccionar, uma vez que simplesmente a escondemos ao invés de tratá-la com o devido cuidado. Vivemos em um país extremamente racista onde a taxa de jovens negros que morrem por dia é assustadora, além de sermos dominados por um racismo velado que se expressa cotidianamente nas mais diversas formas.

Da mesma maneira, a transição da ditadura para a democracia não deu conta de pensar uma convivência no espaço público diferente da que havia naquela época. Os modelos de segurança seguem os mesmos, autoritários e violentos, inclusive tendo em suas instituições, que seguem militarizadas, oficiais e soldados que torturavam na época da ditadura. O Brasil é o único país onde a polícia mata mais hoje em dia do que na época da ditadura. O esquecimento da tortura produziu a naturalização e a banalização da violência como instrumento de trabalho dos agentes de segurança pública. Brasil (2010) afirma que “os danos da tortura, da violência de Estado [...] não se circunscrevem somente no corpo dos afetados diretos e seus familiares. Eles se irradiaram para o conjunto da sociedade e se propagaram através do tempo”

Kehl (2015) situa que há uma cumplicidade do povo brasileiro com as violências que nos acometem. Em nome de uma sensação de paz, fingimos não saber o que acontece a nossa volta. Contudo, a psicanalista alerta que é justamente este não-saber que sustenta o sintoma, ou seja, que sustenta a violência urbana e o extermínio de jovens negros.

Segundo Gagnebin “o esquecimento dos mortos e a denegação do assassinio permitem assim o assassinato tranquilo, hoje, de outros seres humanos cuja lembrança deveria igualmente se apagar” (2006, p. 47). Assim, ao recusar implicar-se com as questões que nos acometem, estamos também aceitando que estes sintomas sigam se reproduzindo e se repetindo cotidianamente. Reflexo de um país que não aceita políticas de reparação aos danos causados por este tempo de exploração e dominação.

Desta forma, a sociedade brasileira adapta-se à violência, e cria mecanismos para conviver com ela, ao invés de encará-la e discuti-la no âmbito da cidade:

O evitamento do conflito é operado por estratégias de ilusão, pela ocultação dos processos e pela identificação. Domina-se de formas mais sutis que a guerra, a guerra sem nome que se instala no campo social, com novas figuras de “soldados”. Cria-se uma modalidade de ilusão que visa a uma sociedade perfeita com suposta igualdade, que persegue o bem-estar social. Segundo Guidens (2002), isso resulta em grandes contingentes de segregados da vida social, já que facetas humanas que possibilitam criar um sentido para a vida são excluídas sob o nome de loucura ou criminalidade (Rosa e Vicentin, 2010).

Ao invés de tratarmos o problema através de políticas públicas condizentes ao regime democrático. Os poderes públicos:

Se ausentam como interlocutores, obrigando os atingidos a recolherem a própria dor na esfera do íntimo e do privado. Agem como se o confinamento da violência, e com ela a reclusão e o emudecimento, fossem seu único lugar aceitável e possível. (endo, 2005, p. 97.).

A complexidade da situação exige soluções complexas.

A indiferença ao horror gera o isolamento daqueles que testemunharam o sofrimento que a violência acarreta, pois ausenta qualquer possibilidade de compartilhamento. Restando questionarmos quais as respostas possíveis frente a este excesso brutal da violência? Segundo Rosa et al (2010), “não podemos eliminar o mal-estar do processo civilizatório, mas podemos encontrar formas menos destrutivas de lidar com ele”.

ELA VEIO DE SÃO LEOPOLDO, ACORDOU ÀS CINCO E MEIA, PEGOU O TREM AS SEIS, ATRAVESSOU A CIDADE PARA CHEGAR ALI AS SETE PARA PEGAR UMA FICHA E SÓ PODER ENTRAR DEPOIS DO MEIO DIA PARA VER SEU FILHO. EU, ACORDEI AS 10H, TOMEI UM CAFÉ DEMORADO E CHEGUEI ALI UMAS 11H PARA FAZER UMA OFICINA. ERA A SEGUNDA FILA DELA, A PRIMEIRA MINHA. É SÁBADO, VÉSPERA DO DIA DAS MÃES.

HAVÍAMOS PLANEJADO UMA OFICINA PARA AQUELE DIA. CONSTRUIR CARTÕES EM QUE AS MÃES PUDESSEM ESCREVER ALGO, SE ASSIM DESEJASSEM, PARA SEUS FILHOS. QUERÍAMOS PRODUIR UM ESPAÇO ONDE ELAS PUDESSEM FALAR SOBRE O QUE É SER MÃE. MAS NA FILA TUDO OCORRE DE FORMA IMPREVISTA. A OFICINA NÃO OCORREU, MAS UMA CONVERSA MUITO INTERESSANTE SOBRE O QUE ERA SER MÃE PARA CADA UMA DELAS TOMOU O ESPAÇO. UM GRUPO DE MÃES CONVERSAVA ENTRE SI E CONOSCO.

ELA ME CHAMA PARA CONTAR QUE SEMPRE FOI MUITO CUIDADOSA COM SEU FILHO, QUE LIGAVA TODA HORA PARA ELE PARA SABER ONDE O MENINO ESTAVA, MAS QUE TINHA LIMITAÇÕES E PRECISAVA TRABALHAR PARA PAGAR A "CASA DA DILMA"[PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA], NÃO TINHA COMO FICAR NO SEU PÉ VENDENDO ONDE ELE ESTAVA O TEMPO TODO. CONTA QUE ACREDITA EM SEU MENINO. CUIDA SOZINHA DELE E DE MAIS OUTROS TRÊS. FALA QUE SABE QUE ESTE QUE ESTÁ ALI ERROU, MAS QUE NADA JUSTIFICA O JEITO QUE ESTÁ SENDO TRATADO. CONTA QUE FOI DIFÍCIL DEMAIS VER SEU MENINO TODO ESPANCADO, COM OLHOS ROXOS E CHEIO DE MARCAS DA VIOLÊNCIA DOS BRIGADIANOS QUE O PEGARAM. CONTA DA UNHA DO DEDO DO PÉ DELE QUE ESTÁ CAINDO. ESCUTO ELA. FALO PARA ELA DE UM NOVO CENTRO DE DENÚNCIAS QUE FOI CRIADO, QUE PODERIA PASSAR O NÚMERO PARA ELA. CONTO UM POUCO DO SERVIÇO QUE HÁ LÁ, QUE ELA PODE DENUNCIAR QUALQUER ÓRGÃO DO ESTADO. PERGUNTA-ME SE TAMBÉM PODE DENUNCIAR CONTRA A FASE, RESPONDO QUE SIM. ELA PASSA A ME CONTAR DOS ABSURDOS QUE FAZEM COM OS MENINOS. CONTA DAS SURRAS DOS MONITORES, DA HUMILHAÇÃO E TORTURA PSICOLÓGICA QUE ELES SOFREM. FALA SOBRE A REVISTA VEXATÓRIA. ELAS JÁ TÊM QUE PASSAR PELA REVISTA QUANDO ENTRAM, PORQUE OS ADOLESCENTES TERIAM QUE PASSAR TAMBÉM QUANDO SAEM ENTÃO? NÃO CONSEGUE ENTENDER DE O PORQUÊ DE TANTA HUMILHAÇÃO.

MAS O QUE MAIS LHE INCOMODA É O TAL ALMOÇO PREPARADO PARA O DIA DE HOJE. PARA QUE ELAS TIVESSEM TAL ALMOÇO EM COMEMORAÇÃO À DATA DE AMANHÃ, SEUS FILHOS FICARAM SEM LANCHE. "QUE DINHEIRO PÚBLICO É ESTE QUE ELES PODEM DECIDIR O QUE FAZER ASSIM DESSE JEITO? ", ME PERGUNTA. "EU NÃO QUERO ALMOÇO, SE É PARA MEU FILHO FICAR SEM COMIDA. ", FALA. REVOLTADA E INDIGNADA COM O QUE ESTADO FAZ COM SEU FILHO ME CONTA QUE APENAS QUERIA ESTAR COM ELE AMANHÃ, NO DIA DAS MÃES. ME CONTA QUE UMA TÉCNICA FALOU PARA SEU FILHO QUE ELE ERA MARGINAL E QUE MARGINAL NÃO TINHA MÃE.

4. TRILHANDO CAMINHOS POSSÍVEIS

O espaço é composto a partir das marcas que vamos deixando ao longo da nossa trajetória pela cidade. Não é “imutável, mas definido pelos sujeitos que nele interatuam, desejam e lhe impõem vida, materialidade e história, podemos nos assegurar de seu caráter conjuntural, movediço e transformável pela maneira como os corpos por ele transitam e habitam.” (Endo, 2005, P. 230) Neste sentido, se o espaço possui um caráter dinâmico e movediço, há o que fazer diante deste cenário de degradação que nos habita. Mesmo os lugares tomados pelo capital, podem ser transformados em lugares de vida, de produção, de encontros.

Retomar a rua como lugar onde as relações se produzem e ao mesmo tempo inventar novos lugares possíveis para o encontro com o outro. Apostar na ocupação do espaço público como uma forma de resistência à violência estabelecida por esta atual configuração. Romper com os muros estabelecidos, esburacá-los. Estes talvez sejam alguns dos caminhos possíveis para enfrentarmos a violência e criarmos formas menos agressivas de nos relacionarmos com o outro.

Para que isto possa ocorrer é imprescindível que possamos, primeiro, romper com o silêncio e o isolamento que hoje habita a cidade e, conseqüentemente, os seus cidadãos. Porém, “do emudecimento ao debate público se interpõe muitas dificuldades, que é necessário reconhecer se se quer ultrapassá-las”. (Endo, 2005, p. 94). Somente ao olharmos para as feridas que produzimos por todos estes anos de segregação e violência é que poderemos enfrentar os problemas que hoje dificultam que este debate aconteça.

Deste modo, o que proponho é que possamos fazer um exercício de nos debruçarmos coletivamente sobre o passado brasileiro para pensar o que dele se atualiza nos dias atuais. Pois é somente ao falar destes traumas que constituíram nossa história, que poderemos os incluir amplamente no simbólico. Isto implica criarmos espaços possíveis de compartilhamento das histórias de vida que compõe a cidade. Construir a partir das histórias singulares, uma história comum, uma história que reconheça a dor que as opressões causam e causaram. A experiência é algo que transcende a existência individual, mas a contém. Sua função reside em, através da sua narrativa, fazer uma transmissão da palavra, da história. Liberar do sofrimento privado a que são delegados os sujeitos atravessados pela violência. Reconstruindo assim, com o sujeito partido pela violência, uma linguagem capaz de colocar em sua história o fato violento que acabou de atravessá-lo (Endo, 2005, p. 93). *Rompendo, deste modo, não somente com a privatização dos espaços, mas também com a privatização*

do sofrimento. Dando lugar àquilo que “ainda não teve direito nem à lembrança, nem às palavras” (Gagnebin, 2006, p. 55)

Ao olharmos para os acontecimentos traumáticos que nos constituem enquanto nação, estamos estabelecendo uma outra temporalidade que possibilita encontrarmos novas saídas para a violência que atingiu de modo abrupto os corpos que anteriormente falávamos. Construindo um tempo possível de recompor o excesso do trauma. Pois, ao retomá-lo no discurso, criamos condições para modificá-lo no presente, uma vez que para que haja uma comunicabilidade da vida, é também necessário um discurso que comporte estas histórias, senão a conversa que se estabelece entre o ouvinte e o narrador é uma conversa sem sentido. A dupla – ouvinte e narrador - estabelece assim uma relação intrínseca de compromisso com a construção de uma história comum que conserve aquilo que está sendo narrado.

Contudo, esta inclusão no discurso não pretende buscar uma verdade absoluta do que se passou, mas produzir uma narrativa sobre o que produziu efeito no corpo. Pois, por nunca ser possível reviver o momento em que se passou a cena, sempre se agrega algo novo ao fato ao narrá-la. Isto confere um caráter ficcional para a narrativa, e é justamente este caráter que dá conta de suportar o excesso de real que há no trauma. Temos, portanto, um compromisso, não só com a verdade histórica, mas também com a possibilidade ficcional.

Rearticular a função constitutiva da narrativa no campo do sujeito não significa, portanto, promover um resgate – impossível e doravante inútil – de sua feição tradicional, mas, antes, implica uma tarefa incessante e fragmentária. A tarefa de fazer falar um passado imemorial que, apesar de não se manifestar mais como experiência, não deixa de se fazer ouvir. (Lo Bianco et al, 2010)

A narrativa possui um tempo e movimento próprio da atividade artesanal. Há um ritmo que conduz a ligação entre o gesto e a palavra:

A narrativa, que durante tanto tempo floresceu num meio de artesanato – no campo, no mar e na cidade –, é ela própria, num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação. Ela não está interessada em transmitir o "puro em si" da coisa narrada como uma informação ou um relatório. Ela mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele. Assim se imprime na narrativa a marca do narrador, como a mão do oleiro na argila do vaso [...]

A alma, o olho e a mão estão assim inscritos num mesmo contexto. Interagindo, eles definem uma prática. Essa prática deixou de nos ser familiar. O papel da mão no trabalho produtivo tornou-se mais modesto, e o lugar que ela ocupava durante a narração está agora vazio. (Pois a narração, em seu aspecto sensível, não é de modo algum o produto exclusivo da voz. Na verdadeira narração, a mão intervém decisivamente, com seus gestos, aprendidos na experiência do trabalho, que sustentam de cem maneiras o fluxo do que é dito). A antiga coordenação da alma, do olhar e da mão, que transparece nas palavras de Valéry, é típica do artesão, e é ela que encontramos sempre, onde quer que a arte de narrar seja praticada. Podemos ir mais longe e perguntar se a relação entre o narrador e sua matéria - a vida

humana - não seria ela própria uma relação artesanal. (Benjamin, 2012, p.221 e 239)

A potência de nos deixarmos afetar pelo encontro com o outro reside na produção de um comum na diferença, entendo-a não mais como ameaça, mas como potencialidade. Estabelecendo com a diferença um lugar de produção linguageira, em vez de reações ao outro através de ações com violência e brutalidade:

O comum é, assim, abertura ao Outro, composição de singularidades, acolhimento à multiplicidade, capacidade de diferir. É alargamento da capacidade de comunicar, de associar, compartilhar, forjar novas conexões e proliferar redes e tem, como condição, a abertura a uma multiplicidade de encontros que não se fecha a um conjunto de pessoas. Produz funcionamento difícil de capturar, pois se define pela não captura a formas preestabelecidas. Não é o que junta, mas se refere a um certo modo de viver junto, na diferença, não por sínteses inclusivas, mas disjuntivas, definindo-se pelo interstício. (Barros e Pimentel, 2012, p. 12)

Assim, o que busco neste trabalho é constituir algumas condições para seja possível devolver aos corpos, lugares possíveis de singularização, lugares de acolhimento e defesa diante da agressividade que a violência da cidade lhes impôs. Apostar na cidade como uma forma de resistir à violência urbana que se impõe ao nos negarmos olhar para os processos históricos que nos constituem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALPHAVILLE (BAIRRO DE BARUERI E SANTANA DE PARNAÍBA). In: WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Flórida: Wikimedia Foundation, 2015. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Alphaville_\(bairro_de_Barueri_e_Santana_de_Parna%C3%ADba\)&oldid=43505842](https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Alphaville_(bairro_de_Barueri_e_Santana_de_Parna%C3%ADba)&oldid=43505842).

Acesso em: 8 dez. 2015.

BENJAMIN, W. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIRMAN, J. **Genealogia da passagem ao ato**. In _____. *Cadernos sobre o mal: agressividade, violência e crueldade genealogia da passagem ao ato*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009. P. 81- 104

BRASIL, V. V. **Dano e reparação: Construindo caminhos para enfrentar a tortura** In (org) Coordenação Geral de Combate à Tortura. *TORTURA*. Brasília : Secretaria de Direitos Humanos, 2010. P. 254-280

BRUM, E. “**Mãe, onde dormem as pessoas marrons?** ” El País. Brasil: 22 jun. 2015. Disponível em http://brasil.elpais.com/brasil/2015/06/22/opinion/1434983312_399365.html. Acesso em 2015

BRUNET, D. “**Policial prende homem que esbarrou nele e não pediu desculpas**”. O Globo: Rio de Janeiro. 10 nov. 2015. Disponível em <http://blogs.oglobo.globo.com/ancelmo/post/policial-prende-homem-que-esbarrou-nele-e-nao-pediu-desculpas.html>. Acesso em 2015.

COUTO, M. **Murar o medo**. Entrevista com Mia Couto nas Conferências do Estoril em 2011. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=jACccaTogxE>. Acesso em 2015

DUNKER, C. **A lógica do condomínio**. In _____. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo: Boitempo. 2015. P. 47 - 107.

ENDO, P. C. **Violência no coração da cidade: um estudo psicanalítico sobre as violências na cidade de São Paulo**. São Paulo: Escuta/Fapesp, 2005.

_____. **Violências, sistemas violentos e o horizonte testemunhal** Psicol. Cienc. prof. v.29 n.1 Brasília mar. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932009000100004&script=sci_arttext. Acesso em 2015.

FREUD, S. **Totem e tabu: algumas correspondências entre a vida psíquica dos selvagens e a dos neuróticos**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. **Além do princípio do prazer**. In: FREUD, S. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1920. P. 13-88

GAGNEBIN, J. M. **Lembrar escrever esquecer**. São Paulo: Editora 34, 2009. P. 39-59.

HENLEY, J. “**Walls: an illusion of security from Berlin to the West Bank.**” The Guardian: EUA. 19 nov. 2013. Disponível em: <http://www.theguardian.com/uk-news/2013/nov/19/walls-barrier-belfast-west-b-ank>. Acesso em 2015

KEHL, M. R. **Tortura e sintoma social**. Correio da Appoa, Porto Alegre, n. 196. Nov. 2010. Disponível em <http://www.apoa.com.br/download/correio196.pdf>. Acesso em 2015.

_____. **A função fraterna**. Disponível em www.marianitakehl.psc.br/resultado.php?id=60. Acesso em 2015

_____. Palestra proferida no seminário “O Brasil entre muros” em 16 abril 2015. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=WkOpY4CiWY4>. Acesso em 2015.

LO BIANCO, A. C.; COSTA-MOURA, F.; SOLBERG M. C. **A psicanálise e as narrativas modernas - a transmissão em questão**. Psicol. clín. vol.22 no.2 Rio de Janeiro, 2010.

Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652010000200002&script=sci_arttext. Acesso em 2015.

MEES, L. **Repetição: conceito e clínica**. In (org.) Revista da Associação Psicanalítica de Porto Alegre / Associação Psicanalítica de Porto Alegre. - Vol. 1, n. 1 (1990). - Porto Alegre: APPOA, 1990. P. 17-26.

PALOMBINI, A. **Utópicas cidades de nossas andanças: flânerie e amizade no acompanhamento terapêutico**. Fractal, Rev. Psicol. Rio de Janeiro , v. 21, n. 2. Aug. 2009. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000200008. Acesso em 2015.

RINALDI, D. (1999) **Ética e política: questões para a psicanálise hoje**. Homepage da Intersecção Psicanalítica do Brasil, 1999. Disponível em:

http://www.interseccaopsicanalitica.com.br/int-biblioteca/DRinaldi/Doris_Rinaldi_ETICA_POLITICA_questoes_para_psican_hoje.pdf.

Acesso em 2015

ROSA, M. D.; VICENTIN, M. C. **Os Intratáveis:** o exílio do adolescente do laço social pelas noções de periculosidade e irrecuperabilidade. *Psicologia Política*. Vol. 10. Nº 19. PP. Jan. – jun. 2010. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v10n19/v10n19a10.pdf>. Acesso em 2015.

SILVA, R. L. **Direito à cidade**. In XIMENDES, A. et al (org.) *Entre Garantia de Direitos e Práticas Libertárias* Conselho Regional de Psicologia do Rio Grande do Sul. – Porto Alegre: [s. ed.], 2013. P. 109 – 122.

ZIZEK, S. **Allegro moderato:** adagio. In _____. *Violência: seis reflexões laterais*. São Paulo: Boitempo, 2014. P. 45 - 57